

ENTREVISTA

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa / PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Novo chefe do Ministério Público diz que o número de mortes em operações policiais na Baixada Santista é 'muito preocupante' e defende inteligência e tecnologia contra o crime organizado

GUILHERME CARTANO
gcartano@globo.com.br

Escolhido pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para chefiar o Ministério Público de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa diz se preocupar com as mortes causadas pela polícia na Baixada Santista, repleta do crime organizado, mesmo reconhecendo que o Estado não pode deixar de agir e "às vezes acontece o indesejável". O novo procurador-geral de Justiça marcou um encontro com o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, para "entender aonde ele quer chegar" com as mudanças que dão maior poder de investigação à PM — atribuição que é da Polícia Civil. Também diz que sua proximidade do secretário de Governo de Tarcísio, Gilberto Kassab (de quem foi secretário de Assistência e Desenvolvimento Social na prefeitura de São Paulo) não põe em xeque sua isenção.

Houve um aumento da letalidade policial na gestão do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite. Foram 28 mortos na Operação Escudo, 56 na Operação Verão, na contagem oficial. Como o senhor vê isso? O Ministério Público deve prestigiar toda ação de enfrentamento ao crime. Mas quando houver abuso, temos que ser muito firmes e muito rigorosos. No caso da Operação Verão, o Ministério Público acionou o Gaesp, um grupo de acompanhamento e de controle de segurança pública, que instaurou um Procedimento de Investigação Criminal para cada morte. Tivemos casos de denúncias por abuso e vários e casos de arquivamento por legítima defesa. Sem os elementos necessários, não podemos afirmar que (todas as mortes) decorrem de abuso.

Mas são quase cem mortes. Isso não preocupa? É muito preocupante. A Operação Escudo surgiu a partir do momento em que o estado foi confrontado pelo crime organizado. Lamentavelmente, o tráfico está presente em algumas comunidades. E quando a polícia vai agir nessas comunidades,

acontece, às vezes, o indesejável, o confronto. Mas você não pode deixar o Estado não fazer nada.

O governo Tarcísio tem dado maior poder de investigação para a Polícia Militar. Policiais civis criticam o que chamam de usurpação de funções. Como o senhor vê isso? Já marquei uma reunião com o secretário Derrite na semana que vem e (vou) procurar entender de aonde se pretende chegar, quais são as ações, quais são as modificações. Hoje não tenho elementos para emitir qualquer tipo de parecer.

A sua proximidade com Gilberto Kassab não dificulta uma atuação mais isenta em relação ao governo, ou para investigar amigos do governador, como o ex-presidente Jair Bolsonaro? O Ministério Público não vê partido, cor, religião ou

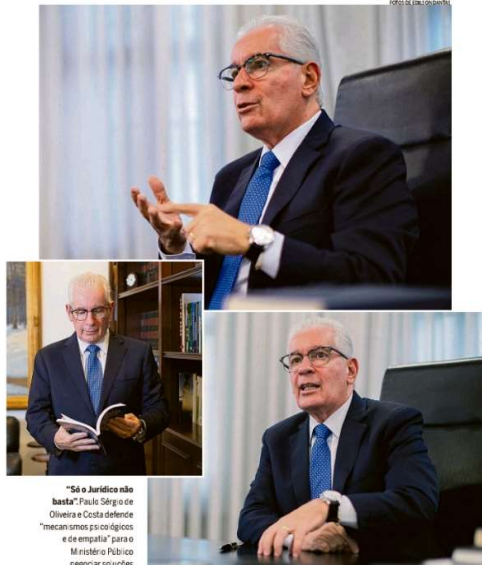
nível de autoridade. Nós vemos sujeito de investigação quando existe justa causa para investigar. Nós não admitimos a adjetivação porque isso não é bom e pode revelar algum viés, e isso o Ministério Público não pode ter.

Houve operações importantes do Gaeco contra o PCC. O senhor pretende fortalecer essas investigações? Quero ser um facilitador



"Quero que o Ministério Público se comunique com a vítima"

"Já marquei uma entrevista com o secretário Derrite e quero entender aonde ele quer chegar"



"Só o Jurídico não basta" Paulo Sérgio de Oliveira e Costa defende "mecanismos psicológicos e de empatia" para o Ministério Público negociar soluções

MORTES NA BAIXADA SANTISTA PREOCUPAM, MAS ESTADO TEM DE AGIR

em relações com outros órgãos para dar ao Gaeco ferramentas de tecnologia, de material, de estrutura. Vamos dar prioridade ao combate ao tráfico.

Seria o caso de colocar mais promotores no Gaeco? O número é suficiente. O que a gente tem que dar é o apoio de inteligência e tecnologia. Os promotores pedem muito mais ferramentas de inteligência artificial.

O senhor pretende fortalecer o controle externo da polícia com o Gaesp? Eu pretendo fortalecer (não só) o Gaesp, mas o Gaeco e o Cira (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos), que recuperou em três anos R\$ 2 bilhões de fraudes. É de interesse do Ministério Público mostrar pedagogicamente que o crime tem que ter consequência.

O senhor defende dar mais foco às vítimas de crimes, e uma dessas soluções seria mantê-las informadas a respeito de investigações de delitos que as tenham afetado. Poderia explicar melhor? É preciso que a vítima seja protagonista de um fato que ela sofreu. Comunicar a vítima por notificações de celular dizendo: "meu nome é Paulo, sou promotor do seu caso de roubo, ofereci a denúncia, segue a denúncia, está em tal vara criminal, foi condenado, segue a condenação". Para que ela obtenha a reparação do dano, porque isso é previsto na lei, e às vezes, o volume é tão grande de processos que a vítima sequer sabe que tem direito a isso. Temos que criar um ambiente de mais empatia e respeito com o cidadão que sofreu.

Que legado o senhor espera deixar no MP? Um Ministério Público que que entenda que só o Jurídico não basta mais. A gente precisa de outras disciplinas, (como) a socioemocional. Lógico que judicializar às vezes não tem jeito, (mas) você tem que ter mecanismos psicológicos e de empatia para sentar na mesa com as pessoas e construir as melhores soluções. Quero que o Ministério Público se comunique com a vítima.

Na Operação Verão, divergência sobre número de mortos

Dados da procuradoria incluem mais 21 vítimas em confrontos; secretaria diz que faz contagem a partir de assassinato de PM

ALAN RIBEIRO
aribeiro@globo.com.br

O governo de São Paulo deixou 21 mortes provocadas pela PM na Baixada Santista de fora das estatísticas da Operação Verão, realizada entre 18 de dezembro e 1º de abril, segundo dados contabilizados pelo Ministério Público. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) afirmou que 56 pessoas morreram em confronto policial no perí-

odo. Mas segundo o MP, o número foi 37,5% maior: 77 mortes por policiais em serviço em 106 dias.

Questionada, a secretaria informou que só considerou as mortes a partir de 3 de fevereiro, após o assassinato do soldado Samuel Wesley Cosmo, da Rota, que levou ao reconhecimento da violência na Baixada Santista. Mas o saldo de apreensão de drogas e prisões da Operação Verão é contado desde dezembro.

56

mortes em confronto

Durante a Operação Verão, na Baixada Santista, segundo a Secretaria de Segurança Pública

77

mortes em confronto

É o número do Gaesp, que acompanha a atividade policial pelo Ministério Público

controle externo das ações de segurança no estado. O cálculo é feito a partir dos boletins de ocorrência enviados pela própria SSP e notícias na imprensa.

Um dos casos questionados é do estoquista de farmácia Luan dos Santos, de 32 anos, morto em 16 de fevereiro por volta das 17h40 por um major da PM, na Rodovia Anchieta, a caminho de Santos. Em duas motos, Amigos que estavam com Luan relataram ao GLOBO que esta-

vam em baixa velocidade e atenderam à ordem de parada dos PMs. Os policiais alegam que o tiro foi acidental e disparado porque o carro ondo estava o major "trepidado" ao frear bruscamente, devido à redução de velocidade da motocicleta.

— Meu amigo foi morto sem fazer nada e nem entrou nas estatísticas — afirmou o comerciante Paulo César Araújo, de 42 anos, que levava Luan na garupa de sua moto.